

## Antonio José Duarte: “um alferes da fronteira étnica”

ALUÍSIO GONÇALVES DE FARIAS\*

O nome de Antonio José Duarte é recorrente em diversas fontes ligadas à História de Mato Grosso do século XIX, tais como: Relatórios de Presidente de Província, Periódicos, Relatórios do Comando das Armas do Presidente de Província de Mato Grosso, Ofícios avulsos no Arquivo Público de Mato Grosso, entre outros.

Assim utilizamos esse nome como bússola dentro da pesquisa, permitindo uma ampliação de possibilidades, pois através dele podemos observar os espaços de sociabilidades desse sujeito. Conforme define Carlo Ginzburg:

[...] se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo em contextos sociais diversos. O fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome. (GINZBURG,1989:174)

Neste texto, temos como documento principal a *Fé de Ofício*, fonte que traz grandes informações sobre a vida institucional de oficiais do exército, e, portanto, é possível localizar promoções, prêmios, licenças, afastamento por doenças e capacitações.

A consulta na *Fé de Ofício* de Antonio José Duarte permite-nos acompanhar aspectos da vida desse personagem inserida em um contexto fronteiriço complexo, onde haviam grupos indígenas Bororos, Guanás, bolivianos, paraguaios, escravos fugitivos, entre vários outros agentes, que produziam territórios e reafirmavam suas identidades nessa fronteira mato-grossense. (*Fé de Ofício* de José Antonio Duarte, produzido pelo Comando do 21º Batalhão de Infantaria. Nº 235 - AHEx – Arquivo Histórico do Exército.)

Igualmente, possibilita-nos observar os passos de um militar em suas diferentes faces com a sociedade; passando inicialmente pelo contato com os grupos indígenas Bororos

---

\* Professor do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) Campus Juína. Doutor em História pela Universidade Federal de Mato Grosso.

Coroados, a política de “pacificação dos índios” e também a sua filiação nas tramas do jogo político do Estado.

Assim, não nos limitamos a um conceito de fronteira física, uma vez que entendemos que tal conceito é polifônico; portanto, passamos a considerá-la enquanto uma construção dinâmica e fluída, como a definida por Guillaume Boccara em seu conceito de “complexo fronteirizo”, exemplificado no caso da América Latina, em que havia uma multiplicidade étnica habitando as fronteiras nacionais. (BOCCARA,2005)

Desse modo, os militares que viviam em Mato Grosso no final do século XIX e início do XX, atuavam em contato direto com o “outro” na fronteira; seja o paraguaio, o boliviano, o africano, ou os indígenas, como Coroados, Pareci, Cabixi, Terenas, que habitavam e transitavam na complexa região de contatos.

Em abril de 1887 o ex-presidente da Província Joaquim Galdino Pimentel organizou uma expedição com destino ao aldeamento dos Coroados em São Lourenço, na parte norte de Mato Grosso e delegou o comando a Antonio José Duarte, alferes pertencente ao 21º BI. A expedição levava sete índios, sendo um deles da nação Coroados. Após alguns meses essa expedição retornou com 28 índios (homens, mulheres e crianças). E em agosto do mesmo ano outra expedição partiu e quando de seu retorno, um mês depois a Cuiabá, trouxe o expressivo número de 398 índios. (Relatório do Presidente da Província Novembro de 1887. Catechese. S/Nº).

Essas expedições, inseridas no âmbito da política do Estado Imperial, tinham a missão de contatar grupos indígenas com a finalidade de catequizá-los e torná-los subservientes, para posteriormente integrá-los ao mundo do trabalho dos homens brancos urbanos. Lembramos que entre os anos de 1880 a 1886, os contatos junto aos Coroados, feitos pelo presidente da província, foram intensamente punitivos, com utilização de armas de fogo e com as forças indígenas inimigas, como os Terenas. A partir de 1886, a estratégia foi sendo gradativamente voltada para os procedimentos de persuasão.

Nesse mesmo ano, Antonio José Duarte, também fora nomeado diretor dos aldeamentos “Tereza Cristhina”, no Alto Lourenço e aldeamento “Izabel”, nas proximidades da foz do Rio Piquiry para os Coroados do Baixo S. Lourenço; aldeamentos aqueles em que

se faziam presentes destacamentos militares para evitar a dispersão dos indígenas, além de implantar a ideologia civilizacional pelo trabalho. (Relatório do Presidente da Província Novembro de 1887. Catechese. S/Nº).

Antonio José Duarte era natural de Mato Grosso, nasceu em 1843. Em sua *Fé de Ofício* consta apenas o nome do pai, Fernando Pereira da Costa. Assentou praça em 1861, no Batalhão de Caçadores em junho e no mês seguinte tornou-se anspeçado<sup>1</sup> e, em novembro foi elevado a Furriel<sup>2</sup>. No ano seguinte, foi promovido a Segundo Sargento e designado para comandar o destacamento militar de Sangradouro Grande<sup>3</sup>, região leste de Mato Grosso (hoje próximo à Rondonópolis), quando recebeu grandes elogios do Comando das Armas pela administração do referido destacamento. (Fé de Ofício.235: 01)

Em 1863, devido a uma reforma promovida pelo Comando das Armas da Província, passou a integrar o 19º BI, na região de Vila Maria, fronteira com a República da Bolívia.

Em agosto de 1866, Duarte voltou a comandar o Distrito Militar de Sangradouro; porém, pouco tempo depois seguiu para Vila Maria, atualmente Cáceres, com uma unidade de Cuiabá, para fazer trincheira e guarnecer a fronteira oeste de um possível ataque paraguaio. (Fé de Ofício.235: 03)

Em 1867, acompanhou todo o destacamento de Mato Grosso que seguiu rumo ao acampamento Couto Magalhães<sup>4</sup>, diante da previsão de uma possível “descida” dos paraguaios que haviam ocupado Corumbá. Nesse mesmo ano, foi promovido a *Sargento Quartel Mestre*, função administrativa responsável pelo abastecimento de alimentos. Ainda

<sup>1</sup> Posto intermediário entre as patentes de soldado e cabo.

<sup>2</sup> Posto que foi extinto no Exército, porém originalmente era pertencente à cavalaria onde existia a pessoa responsável para forragem aos cavalos (fourrier). Este posto se equiparava ao de segundo-Sargento dentro da Infantaria no século XIX. (Fonte: Postos e Cargos de militares portugueses. Disponível em: <http://audaces.blogs.sapo.pt/4440.html> - acessado em 01.01.2015)

<sup>3</sup> Fé de José Antonio Duarte, produzido pelo Comando do 21º Batalhão de Infantaria. Nº235 - AHEx – Arquivo Histórico do Exército.

<sup>4</sup> Segundo Marlene Menezes Vilela, o Acampamento Couto Magalhães era situado na margem esquerda do Rio Cuiabá, abaixo do Porto Geral na capital de Mato Grosso e considerado o centro do comando das operações militares durante o conflito com o Paraguai. VILELA, Marlene Menezes. *Quando o dedo de Deus apontou a nossa Província ao anjo da morte: A ocasião da varíola em Cuiabá, 1867*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. UFMT. Cuiabá. 2001.

nesse ano, ao encerrar o tempo exigido no serviço militar, voltou a engajar-se por mais 6 anos. (Fé de Ofício.235: 03)

Maria Adenir Peraro (2001), ao analisar a política do Império para aumentar o contingente militar na Província no início da segunda metade do século XIX, assim afirma:

[...] recrutados, engajados, ou mesmo voluntários, todos estavam sujeitos aos mesmos regulamentos e leis, com as mesmas dificuldades. Suas atitudes podiam ser tanto aplaudidas como severamente criticadas pelas autoridades superiores. Geralmente suas atitudes eram aprovadas quando cumpriam a contento uma determinada missão, ou então pela conduta considerada exemplar. Nesses casos, o reconhecimento podia vir mediante as formas de gratificação, promoção e mesmo como respostas positivas aos requerimentos feitos anteriormente. (PERARO,2001:53-54)

O reengajamento de Antônio José Duarte rendeu-lhe novas promoções e novas atribuições. Em 1868, foi promovido a Primeiro Sargento, além de ter sido aprovado no Curso Prático da Arma de Infantaria; logo foi nomeado Alferes de Comissão e novamente retornou para o destacamento de Sangradouro Grande, para liberar a via que dava acesso à Goiás diante das “correrias” dos Coroados por aqueles caminhos. (Fé de Ofício.235: 04)

Em 1870, entrou para o 21º Batalhão de Infantaria e no ano seguinte chegou efetivamente ao posto de Alferes, quando passou a trabalhar na secretaria do Batalhão. Em 1873, foi enviado à Assunção, no Paraguai, momento em que essa capital foi ocupada. Ainda nesse ano, Antonio José Duarte foi adido ao 17º BI e também se casou em Cuiabá com Blauduina Antonia Duarte e realizou o batismo de dois filhos legítimos: Anna Antonia Duarte e Maria Antonia Duarte. (Fé de Ofício.235: 06)

Por ordens do Ministério da Guerra, Antonio José Duarte seguiu para a cidade de Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade<sup>5</sup>) em 1874. Quando de sua saída foi elogiado pela administração da secretaria. No ano seguinte passou a pertencer ao Estado Maior da primeira companhia do 21º BI, na função de Secretário. Ainda nesse mesmo ano, levou ao

---

<sup>5</sup> A cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade foi fundada fronteira oeste de Mato Grosso, localizada na divisa com o império espanhol, ocupando uma posição geo-estratégica, foi a primeira capital da Província durante o século XVIII.

batismo outra filha, Etelvina Antonia Duarte, momento em que apresentou o atestado de batismo no quartel. (Fé de Ofício.235: 07)

Em 1876, ano em que coincidiu com o final da ocupação das tropas brasileiras em Assunção, no Paraguai, Antonio José Duarte, seguiu com um batalhão para a cidade de Desterro, possivelmente ainda integrando o 17º BI, na província de Santa Catarina.

Quando de sua saída da Província de Santa Catarina para voltar ao 21º BI em Cuiabá, o comandante daquele batalhão teceu elogios a ele, conforme pode ser notado em sua *Fé de Ofício*:

Ao separar-se o Senhor Alférez Antonio José Duarte, deste Batalhão para servir-se ao Vinte Um Batalhão D'Infantaria, não posso esquivar-se de confessar que o corpo que me cabe a honra de comunicador, sente claro que deixa em suas fileiras um oficial que possui não só um coração nobre, como qualidades dignas do maior apreço e consideração. O Senhor Alférez Duarte, inteligente, zeloso, probo, honesto e honrado, deixa com efeito o seu nome bem quisto entre os seus companheiros e uma saudade indelével gravada boa memória d'aquela que como chefe sou o primeiro a tributar-lhe um sincero abraço como significação da viva estima, respeito e acatamento que lhe resta. (Fé de Ofício.235: 08)

Ao retornar a Mato Grosso e ser incluído no estado efetivo do 21º BI, Antonio José Duarte participou frequentemente de expedições para “estabelecer tranquilidade”, ou afugentar índios que atacavam regiões próximas de Cuiabá. Assim, em 1880 seguiu em diligência para a região de Vila do Rosário, a fim de apaziguar os conflitos entre os moradores de Distrito de Guia, Brotas e Rosário e os indígenas, tidos como provocadores de constantes “tripulias”.

Uma das principais nações indígenas que constantemente atacavam os arredores de Mato Grosso e em regiões distantes era a dos Coroados, grupo pertencente aos Bororos, conforme denominação dada pelos colonizadores portugueses.

Os Bororos habitavam vasto território em Mato Grosso, com extensão até a Bolívia. Seu território situava a leste-oeste, entre os rios Taquari e Paraguai, e na direção norte-sul, entre os rios da Morte e Taquari.

Segundo Marli Auxiliadora Almeida, no final do século XVIII, com a aproximação do colonizador, houve uma divisão interna entre os Bororos: Bororos Ocidentais e Bororos

Orientais. Os Ocidentais eram ainda subdivididos em: Cabaças que habitavam as margens do Rio Cabaçal, os Aravirás que habitavam nas campanhas além do Jauru, divisa com a Bolívia, e ficaram conhecidos como Bororos de Campanha. Já os Bororos Orientais denominados de Coroados e os do cerrado tinham como referência o rio Cuiabá. (ALMEIDA, 2013:90)

Segundo Almeida, os Bororos da Campanha e Cabaçais transpuseram o rio Cuiabá e passaram a habitar a oeste do rio Paraguai, possivelmente esta mudança ocorreu só depois de fazer alianças com o não índio. (ALMEIDA,2013:90)

Porém, os Coroados não fugiram de seus antigos territórios, permaneceram e enfrentaram os colonizadores, fato que ocasionou constantes expedições de pacificações organizadas pelo Império, como as chefiadas por Antonio José Duarte.

Nessa segunda metade do século XIX, as várias expedições organizadas pelo poder público e proprietários de terras, tinham como objetivo a catequização e a “pacificação” dos Coroados, que eram os mais resistentes ao contato interétnico, e grande parte das vezes eram acusados de assassinatos, saques e incêndios às fazendas. Esses ataques eram recorrentes nas estradas que ligavam a província de Mato Grosso à Goiás e São Paulo. (ALMEIDA,2013:90)

No período de 1880 a 1886, os ataques aos Coroados, feitos pela presidência da província, foram intensamente punitivos, com a utilização de armas de fogo e conflitos de forças indígenas inimigas, como a dos Terenas. Porém, a partir de 1886, a estratégia para a “pacificação” foi alterada, passou a ser por persuasão, com a necessidade de aldeamento desse grupo, em virtude de um projeto de construção de uma linha férrea que ligaria Cuiabá - Rio de Janeiro, via São Paulo, e passaria pelo território Bororo; por isso o processo de “pacificação” era visto como tão importante naquele momento.

A aproximação com os Coroados foi intermediada pela índia *Cibáe Modojobádo*, interprete que foi presa em uma expedição punitiva organizada pelo Presidente da Província, Rufino Enéas Augusto Galvão, Barão de Maracajú, e chefiada por Antonio José Duarte. Chamada de “Rosa Bororo”, essa índia permaneceu com uma família, onde foi treinada por seis anos para desenvolver o papel de intérprete. (ALMEIDA,2013:91)

O objetivo do colonizador era o de criação de aldeamentos, política que começou na fronteira oeste, na primeira metade do século XIX; prática que estava inserida na política do império da expansão do território. Inicialmente o aldeamento foi justificado para “pacificação dos índios bravios” e depois transformado em ambiente próprio para a catequização, com a aprovação da Igreja Católica.

Esse aldeamento além de fazer parte de um projeto geo-estratégico de ocupação de fronteira, também estava inserido na necessidade de fornecimento de mão-de-obra. Muitos dos índios eram utilizados nas fazendas próximas com e para esse fim.

Sobre isso Almeida (2013) aponta que:

A presença desse grupo indígena, bem como do outro subgrupo biológica da etnia bororo, o da Campanha, como trabalhador da nação nos aldeamentos/fazendas, desenvolvendo práticas agrícolas e comercializando víveres, contribuía para amenizar os reflexos da crise na mineração e para reorganização das forças produtivas provinciais através da agricultura e da criação de gado”. (ALMEIDA,2013:147)

Sobre o cenário econômico nesse período, Garcia (2001) afirma que no final do século XIX a produção agrícola em Mato Grosso era limitada, a pecuária tentava se recuperar da guerra com o Paraguai, e despontavam alguns setores extrativistas, com produtos como o mate, além da poaia e da borracha. Também, Garcia destaca a importância dos gastos militares por parte do governo imperial para a economia local, afirmando que: “esses gastos do governo geral em Mato Grosso no período posterior à Guerra com o Paraguai é fator que impulsionou a retomada do desenvolvimento do capital mercantil na província”. (GARCIA,2001:95)

Ainda segundo a *Fé de Ofício* de Antônio José Duarte, em abril de 1880, foi nomeado Comandante do ponto militar de Ponte de Pedras, ao norte de Mato Grosso, e no mês de setembro do mesmo ano, o então Presidente da Província e Comandante das Armas, Barão de Maracajú, Rufino Enéas Gustavo Galvão, determinou a volta de Antonio José Duarte para comandar uma expedição composta por 40 homens, para dar apoio à população da divisa da Província de Mato Grosso com Goiás, atacada pelos indígenas. (Fé de Ofício.235: 09)

Quando do retorno dessa expedição, trouxe 17 índios aprisionados, o que lhe valeu elogios: “pelo serviço importantíssimo que prestou com inteligência e dedicação a causa pública d’esta Província no Commando das forças expedidas contra as malocas dos selvagens que infestaram o sertão e entre esta Província e a de Goiás”. (Fé de Ofício.235: 10)

Em novembro do mesmo ano, Antonio José Duarte decidiu levar os índios para a região de Ponte de Pedras. Um ano depois observamos seu retorno ao sertão e novamente para continuar o combate aos indígenas na região do rio Arica-Mirim e Aricá-Assu, de onde aprisionou 13 indígenas.

A expedição contava desta feita com 30 praças do Exército e de 50 paisanos. Por essas ações recebeu palavras de agradecimentos e de aplausos:

Foi por officio do Senhor Coronel Presidente e Commandante da Armas, numero oitocentos quarenta e oito de dezoito tudo de agosto, mandado elogiar por haver satisfatoriamente desempenhado a comissão deque foi ultimamente incumbido pelo seu antecessor e agradecer-lhe mais este relevantíssimo serviço que acaba de prestar a bem da coisa publica. (Fé de Ofício.235: 12)

José Antonio Duarte também trabalhava procurando vestígios de índios “bravios” no sertão, a partir de diligências organizadas pelo Comando das Armas, como ocorreu em 1882, em que seguiu para a região de Arica-Mirim e no ano de 1885 percorreu por regiões próximas à Cuiabá. Ainda nesse mesmo ano, recebeu da Repartição de Ajudante General, a “medalha de Prata”, como prêmio pelo reconhecimento do governo argentino pela Campanha do Paraguai, conforme segue: “Pela ordem regimental número cento sessenta e um de doze, foi declarado ter apresentado medalha de prata comemorativa da Campanha do Paraguay concedida pela República Argentina”<sup>6</sup>.

Em janeiro de 1886, Antonio José Duarte seguiu novamente em diligência para a região do Rio São Lourenço, com o objetivo de “pacificar” os Bororos Coroados “sem constrangimento”, utilizando para isso a catequese e a “persuasão”. Em abril desse mesmo ano, conseguiu 28 índios da cabeceira do Rio São Lourenço. E em dezembro, Antonio José

---

<sup>6</sup> Fé de Ofício Capitão Antônio José Duarte. Op. Cit; p.18



Duarte foi “louvado pelos serviços que tem prestado em favor da catechese n’esta Província”, conforme registrado no ofício do Ministério da Agricultura. (Fé de Ofício.235: 14)

Esse ano de 1886 foi marcado pelas intensas atividades de “pacificação” dos Bororos Coroados. Conforme o jornal *A Tribuna*, de 17 de junho daquele ano, tais atividades foram intermediadas por mulheres índias que eram interpretes, as quais eram colocadas a serviço das expedições, no papel de “emissárias”, para a aproximação com os Coroados. (*A Tribuna*. Cuiabá, 17 de junho de 1886, nº 01. p. 02. NDHIR/UFMT)

Em outras palavras, a “pacificação dos bravios”, na ordem de desenvolvimento das nações, fazia parte de um projeto político de construção do nacionalismo e colocava a figura de Antonio Jose Duarte e suas práticas de “pacificação” como herói e benfeitor para o progresso da nação. Além do que, tais expedições denunciavam como sendo de “alto interesse à catechese, à lavoura e à civilização”. (*A Tribuna*,1886:02)

Desse modo, o Jornal “A Tribuna”, de 24 de junho de 1886, noticiou a chegada de mais uma expedição, chefiada pelo “energético e inteligente” militar:

Depois de dois mezes e dias no alto sertão e em desempenho da mais importante e espinhosa missão, que de certos anos e nossa época muito tem occupado o espírito público a atenção dos governos geral e provincial para que se torna-se um realidade, aqui chegou a 16 do corrente, pelas dez horas da manha [...] o *energético e inteligente* Snr. Antonio José Duarte à frente da expedição sob seo comando e das índias emissárias enviadas desta capital ao aldeamento dos coroados, trazendo mais de 28 da mesma tribo, que, aceitando o convite das ditas emissárias para deixarem a vida selvagem, abandonarão os seus lares e aqui vieram ter [...]

Além destes vindos, constar-nos estar dispostos a abraçar a civilização, grande números dos mesmos índios, que por exigüidade de transporte fluvial até a Colônia S. Lourenço, d’onde pode viajar por terra até esta capital, lá ficarão seos aldeamentos a espera de meios para serem trazidos[...]

Facto como este é assaz importante e de alto interesse à catechese, à lavoura e a civilização, que todos os louvores e encômios são poucos aos que levaram a pratica com o mais feliz exito!. (*A Tribuna*. Cuiabá, 24 de junho de 1866, nº 03. p.02. NDHIR/UFMT)

As expedições chefiadas por Antonio José Duarte, geralmente eram recebidas pelas autoridades e pela população com festas; expressão de que tais expedições eram aprovadas pelas elites e população de modo geral.

Pudemos também observar o momento da chegada da expedição do Alferes Duarte com os indígenas, tidos como os “inimigos da lavoura”. Chamamos à atenção para a ritualização da chegada dessa expedição, com banda de música e presença de autoridades, o que denota a importância da ocasião para a sociedade cuiabana. Observemos também os elogios às índias intérpretes, por terem contribuído para atrair os índios “por meio pacífico e amistoso”, ao “grêmio da civilização”:

[...] importante recepção a um a légua desta capital, no bairro do Coxipó, pelo S. Ex<sup>o</sup> o Snr. Dr. Presidente da Província e grande número de pessoas que foi ao seu encontro e da expedição vitoriosa sob o seu comando, e ao som de duas bandas de muzicas, foi a mais bem merecida, por isso que é este um acontecimento de maior alcance que podia-se dá é a esses inimigos da lavoura, reduzindo-os ao grêmio da civilização por meio pacifico e amistoso.

A índia Roza, a quem coube o desempenho de interpretar junto aos de sua tribo, os sentimentos de paz e amizade que desejos manter com eles, é merecedora do reconhecimento e gratidão da província que tem nela uma heroína, reduzindo a facto o que ate então não passava de um sonho, attento às malagradadas tentativas.

Louvores aos Exm. Snr. Dr. Galdino Pimentel, ao incansável Snr. Tenente Thomaz Antonio de Miranda, Diretor Geral dos Índios, glorias ao brioso e infatigável Snr. Alferes Antonio José Duarte, a cuja pericia e acertadissimas providências deve-se este memorável e grandioso triumpho.

Hosannas à índia Roza e suas beneméritos companheiras!. ( A Tribuna. Cuiabá, 24 de junho de 1866, nº 03 p. 02. NDHIR/UFMT)

Em agosto de 1886, ainda com as índias intérpretes junto aos Bororos Coroados, a expedição atingiu seu ponto maior de captura, visto ter trazido para Cuiabá 416 índios que “submeteram-se sem constrangimento”. Esses indígenas foram alocados na região denominada de “Couto Magalhães”, nas proximidades de Cuiabá.

Segundo o próprio Antonio José Duarte, em seu relatório, essa localidade foi escolhida para a permanência desses índios devido às condições naturais: “Devem ser recolhidos a uma casa apropriada que disponham de recursos necessários e para esse fim aponto o acampamento *Couto Magalhães*, lugar muito próprio, perto da água e do peixe, que é o principal elemento de vida dos selvagens”. (Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, 1887. Relatório do alferes Antonio José Duarte, p.51.)

Esses índios, além de outros trazidos em diligências anteriores, permaneceram 33 dias na referida localidade, período em que foram batizados e herdaram nomes cristãos.

Depois deste tempo, “A Tribuna”, registrou a despedida dos índios, com uma banda de música que tocava durante o tempo todo do embarque e fora assistida pelo Presidente da Província, Joaquim Galdino Pimentel, o Diretor de Índios, Francisco Moraes Trety Seryo, além de famílias e grande número de populares. (*A Tribuna*. Cuiabá, 19 de agosto de 1866, p. 01. NDIHR/UFMT)

Ainda segundo o jornal: “Os aborígenes, mostravam semblante de mais vivo prazer e promettem voltar em passeio a visitar-nos sempre que lhes for possível”. Na embarcação, caixas de presentes eram levadas para os índios dos acampamentos, como uma promessa de que seriam bem tratados se acompanhassem os já catequizados.

É importante observar que “A Tribuna” apresenta uma imagem amistosa e pacífica dos indígenas, uma vitória sobre os “bravios” coroados. Porém destacamos que o periódico, assim como outros, objetivavam formar opinião pública, defender e propagar ideologias. Conforme nos apontam Tania de Luca:

[...] os jornais não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. (LUCA, 2005:140)

Em janeiro de 1887, Antonio José Duarte organizou dois grandes aldeamentos para o Coroados, um na foz do Prata (Rio Paraguai) e outro na foz do Rio Piquiry. Ainda nesse ano foi promovido ao posto de Tenente e ficou adido ao 19º de Infantaria, em Vila Maria.

No mesmo ano, recebeu o título de *Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa*, pelas suas ações de pacificação com os Bororos Coroados. No ano seguinte, permaneceu no aldeamento Thereza Cristhina, ano em que recebeu a *Espada de Honra*, do 21º BI, pelo trabalho que culminou com a catequese dos Coroados, conforme podemos visualizar no seguinte trecho de documento:

A seis de maio apresentou Carta Patente de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, a qual lhe foi concedida por Decreto a quinze de janeiro, pelos serviços militares prestados na catequese dos índios Coroados. Em 1888 = Destacado na Colonia Thereza Christina. Por Portaria do Ministério da Guerra de treze de setembro,

publico em ordem do dia do Exército numero dois mil oitocentos e oito, foi lhe concedida licença para usar da espada de honra que lhe foi oferecida pela oficialidade do Vinte Um Batalhão D'Infantaria, pelos serviços prestados na catechese dos índios Coroados em Matto Grosso. (Fé de Ofício.235: 15)

A mercê da Ordem da Rosa era destinada à pessoa que demonstrasse a fidelidade à Dom Pedro II ou a serviços prestados ao estado imperial, como foi o caso de José Duarte. A mercê recebida por ele era em último grau, o de cavaleiro.

Lembramos que as ordens militares inicialmente eram de domínio da Igreja Católica, mas a partir da construção dos Estados Nacionais passavam a ser praticadas pelo Estado. Segundo Camila Borges da Silva:

[...] a concessão das comendas das ordens aponta para a construção de um tipo de Estado e para uma elite caracterizada pelo predomínio das relações tradicionais de poder, em que cada um possui uma posição social e, mais do que isso, que demonstra essa posição através da exibição de símbolos distintivos, como os mantos, faixas e medalhas das ordens honoríficas. (BORGES,2011:09)

Em 1889, foi enviado ao 19º BI, em Vila Maria, novamente; e em setembro desse ano assumiu o comando interinamente como Diretor do aldeamento Thereza Cristhina e do destacamento militar. (Fé de Ofício.235: 16)

Com a implantação da República em 1889 e a entrada do General Antonio Maria Coelho ao governo no estado de Mato Grosso, Antonio José Duarte, segundo consta em sua *Fé de Ofício*, teria ofertado um de seus vencimentos mensal para a causa republicana, a fim de, contribuir para o pagamento da dívida interna brasileira, “inspirado nos sentimentos democráticos que animam o espírito social da pátria”. (Fé de Ofício.235: 16)

A presença dos militares em Mato Grosso nos anos iniciais da República foi marcada por disputa destes com a elite local, liderada por coronéis. E nos anos seguintes ao de 1889, foram constantes os rearranjos políticos e conflitos para as acomodações de lideranças políticas e chefes militares, a exemplo de Antônio Maria Coelho. Como apontou Frank D.McCann:

A derrubada do Império levou a uma rápida remoção dos governadores provinciais por oficiais e aliados republicanos locais que indicaram os sucessores. A maioria dessas mudanças iniciais foi implementada pacificamente, mas depois passaram a ser comuns as lutas violentas pelo controle dos governos dos estados. (McCann, 2009:45)

Por outro lado, era perceptível o entusiasmo por parte de militares, como de Antônio José Duarte, “inspirados nos sentimentos democráticos”, com a perspectiva de que a mudança de regime político pudesse trazer grandes benefícios à sociedade, e principalmente para a causa militar, como de fato ocorreu, conforme afirma McCann: “o governo republicano aumentou os soldos menos de um mês depois do golpe e, a partir de janeiro de 1890, graças à promoção em massa, alguns oficiais subiram dois ou três postos em semanas ou meses, enquanto outros desprovidos de contatos propícios, foram reformados”. (McCann,2009:46)

Em março de 1890, Duarte passou para o estado efetivo do 21º BI, na terceira companhia. Em junho desse ano foi promovido ao posto de Capitão Ajudante e em 1891, assumiu o comando de uma companhia no 8º BI. Nesta instituição: “foi louvado pela leal e franca Coadjuvação que prestou ao Commando do Batalhão”. Em junho o então governador Antonio Maria Coelho, ao visitar o 8º BI, teceu elogios ao Capitão Antonio José Duarte: “foi louvado por ter o Coronel Governador e Commandante das Armas, quando visitou este quartel, encontrado tudo na devida ordem, mostrando assim boa vontade e disciplina no exercício de suas funções [...]”. (Fé de Ofício.235: 17-18)

Ainda nesse ano, foi concedida *Medalha de Prata* oferecida pela República Argentina a Antonio Jose Duarte pela sua participação na Campanha do Paraguai. Em outubro foi transferido para o 36º BI, no Rio de Janeiro, ao posto de Capitão Ajudante.

O ano de 1892 foi marcado por turbulências na política, momento em que os militares defendiam maior participação e intervenções no governo de Joaquim Murinho no estado. Assim, forças militares insurgiram nos quartéis em Corumbá, com o apoio de comerciantes daquela cidade e desejavam retirar o governador do poder. Para isso, desceram o rio Paraguai até Cuiabá e criaram uma junta governativa para depor Joaquim Murinho. Antonio José Duarte fez parte dessa Junta Governativa, em março daquele ano. (Fé de Ofício.235: 19)

No entanto, naquele mesmo ano (1892) ficou sete meses afastado para tratamento de saúde em Cuiabá, sendo uma dessas licenças para tratar de uma hepatite<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Doença caracterizada como inflamação do fígado, causada a partir de: vírus, bactérias, fungos, parasitárias e alcoolismo. Foi constatado em Antonio José Duarte a Hepatite Tipo B - Sub aguda, transmitida por vírus, ou

Provavelmente essa doença foi adquirida por Antônio Duarte no ambiente militar, especialmente o quartel, uma vez que esse lugar é definido por McCann na seguinte citação:

Em 1889 os quartéis em todo o país estavam em más condições. Muitos ficavam em prédios alugados toscamente adaptados para uso militar. A comida servida à tropa dependia da duvidosa habilidade dos cozinheiros, do acesso ao comandante às verbas e de sua disposição para aloca-las para a cozinha. (McCann,2009:42)

No ano seguinte, provavelmente em decorrência da hepatite que havia contraído, Antônio Duarte, encontrava-se na função de Inspetor de Música, no 8º BIM.

Por sua atuação nessa instituição foi elogiado em ordem regimental nº 173, de 20 de abril, em que “foi louvado e agraciado pela Coadjuvação prestada com lealdade, inteligência, dedicação pela disciplina e zelo pelo serviço”. (Fé de Ofício.235: 21)

Ainda em 1893, recebeu outra licença, agora de mais três meses para continuar o tratamento de *hepatite subaguda*, longe do clima quente da capital. Antonio José Duarte apresentava febre constantemente, conforme o parecer da Junta Médica Militar. Por conta da doença, em 27 de setembro do mesmo ano, foi publicada a sua reforma e logo a sua exclusão do estado efetivo, conforme o nº 483 da Ordem do Dia do Exército.

Conforme apreendemos da análise documental e bibliográfica, Antonio José Duarte aposentou-se os 50 anos de idade. Uma aposentadoria que parece ter sido muito mais em razão da hepatite que havia contraído, do que por vontade própria. Percebemos o seu possível esforço em permanecer nas fileiras do Exército, entre uma e outra licença de saúde.

Antonio José Duarte esteve presente nas fileiras do Exército por várias décadas, iniciando seu ingresso no Batalhão de Caçadores, como Furiel e depois como Sargento; no 19º BI como Alferes de compras; no 21º BI como Capitão, Capitão Ajudante e o Posto de Alferes; no 8º BI, como Comandante de Companhia e Inspetor de Música; no 36º BI do Rio de Janeiro como Capitão Ajudante. Ao longo dessa trajetória recebeu medalhas e títulos, por sua atuação a serviço de sua Arma e do Império.

Indelévelmente, sua atuação no contato, aldeamento e catequização de grupos indígenas da fronteira oeste, parece ter dado o tom maior em sua carreira militar.

---

hepatotópicos, que em estágio avançado caracteriza o Hepatite B. Esse tipo de hepatite pode ser aguda ou crônica, a primeira, é quando a infecção tem curta duração e crônica quando a doença dura mais de seis meses. Fonte: <http://www.aids.gov.br/pagina/hepatite-b> - acessado em 20.01.2015.

Um militar da fronteira, dos sertões, dos conflitos apaziguados e seus permanentes desafios na fronteira étnica, cultural e religiosa.

Um homem moldado segundo as normas e discursos de uma Arma, o Exército, a serviço do Estado Imperial, pelo contexto e circunstâncias históricas da época em que viveu.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Marli Auxiliadora. *Índios Fronteiriços: A política indigenista de fronteira e política indígena na Província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873)*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História-UFRGS. 2013.

BOCCARA, Guillaume. Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la Obra de Nathan Wachtel. In: *Memoria Americana*, n. 13, p. 21-52, 2005a.

BORGES SILVA, Camila. As comendas honoríficas e a construção do Estado Imperial (1822-1831). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

GARCIA, Domingos Savio da Cunha. *Mato Grosso (1850-1889): Um Província na fronteira do Império*. Dissertação de Mestrado (História). Campinas, São Paulo, 2001.

GINZBURG, Carlo. *Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel. 1989.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império: Família e Sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Editora Contexto. 2001.

VILELA, Marlene Menezes. *Quando o dedo de Deus apontou a nossa Província ao anjo da morte: A ocasião da varíola em Cuiabá, 1867*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. UFMT. Cuiabá.2001.

